

# CADERNO DE QUESTÕES



HOSPITAL DE  
**CLÍNICAS**  
PORTO ALEGRE RS

## MISSÃO INSTITUCIONAL

*Prestar assistência de excelência e referência com responsabilidade social, formar recursos humanos e gerar conhecimentos, atuando decisivamente na transformação de realidades e no desenvolvimento pleno da cidadania.*

## EDITAL N.º 03/2013 DE PROCESSOS SELETIVOS

# PS 27 - ADVOGADO I (Cível, Tributário e Administrativo)

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_

Inscrição n.º: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_



## HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE

### EDITAL N.º 03/2013 DE PROCESSOS SELETIVOS

#### GABARITO APÓS RECURSOS

##### PROCESSO SELETIVO 27

##### ADVOGADO I (Cível, Tributário e Administrativo)

01.	C	11.	A	21.	B	31.	E
02.	D	12.	E	22.	E	32.	E
03.	D	13.	ANULADA	23.	C	33.	A
04.	E	14.	D	24.	C	34.	B
05.	D	15.	B	25.	E	35.	E
06.	D	16.	A	26.	D	36.	D
07.	D	17.	D	27.	D	37.	A
08.	C	18.	A	28.	C	38.	C
09.	B	19.	E	29.	A	39.	B
10.	E	20.	C	30.	C	40.	D



# INSTRUÇÕES

- 1 Verifique se este CADERNO DE QUESTÕES corresponde ao Processo Seletivo para o qual você está inscrito. Caso não corresponda, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
- 2 Esta PROVA consta de **40** (quarenta) questões objetivas, e de uma redação, valendo 2,00 pontos.
- 3 Caso o CADERNO DE QUESTÕES esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
- 4 Para cada questão objetiva, existe apenas **uma** (1) alternativa correta, a qual deverá ser assinalada na FOLHA DE RESPOSTAS.
- 5 **O candidato deverá responder à Prova Escrita e de Redação, utilizando caneta esferográfica de tinta azul, fabricada em material transparente. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira/grafite e/ou borracha e de caneta que não seja de material transparente durante a realização da Prova.** (conforme subitem 7.15.2 do Edital de Abertura)
- 6 Preencha com cuidado a FOLHA DE RESPOSTAS e a FOLHA DE REDAÇÃO, evitando rasuras. Eventuais marcas feitas na FOLHA DE RESPOSTAS, a partir da questão 41, serão desconsideradas.
- 7 Durante a prova, não será permitida ao candidato qualquer espécie de consulta a livros, códigos, revistas, folhetos ou anotações, nem será permitido o uso de telefone celular, transmissor/receptor de mensagem ou similares e calculadora.
- 8 Ao terminar a prova, entregue a FOLHA DE RESPOSTAS e a FOLHA DE REDAÇÃO ao Fiscal da sala.
- 9 A duração da prova é de **quatro (4) horas**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS das questões objetivas e à transcrição da redação na FOLHA DE REDAÇÃO. Ao final desse prazo, ambas as folhas serão **imediatamente** recolhidas.
- 10 **O candidato somente poderá se retirar da sala de Prova uma (1) hora após o seu início. Se quiser levar o Caderno de Questões da Prova Escrita Objetiva, o candidato somente poderá se retirar da sala de Prova uma hora e meia (1h30min) após o início. O Candidato não poderá anotar/copiar o gabarito de suas respostas de Prova.**
- 11 **O candidato que se retirar da sala de Prova, ao concluí-la, não poderá utilizar sanitários nas dependências do local de Prova.** (conforme subitem 7.15.7 do Edital de Abertura)
- 12 A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação da prova do candidato.

**Boa Prova!**

**01.** Assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta a respeito da disciplina dos atos administrativos.

- (A) Autoexecutoriedade consiste no atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de sua concordância.
- (B) Presunção de legitimidade é o atributo pelo qual o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas previamente pela lei.
- (C) Quando a Administração indica os motivos que a levaram a praticar o ato, este somente será válido se os motivos forem verdadeiros.
- (D) Mérito é o aspecto administrativo relativo à conveniência e oportunidade, que só existe nos atos vinculados.
- (E) Com relação aos atos discricionários, não é possível o controle judicial, sob pena de invadir o mérito administrativo.

**02.** Tendo em vista as disposições da Lei Federal n.º 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Ao administrado é assegurado o direito de fazer-se assistir, obrigatoriamente, por advogado, salvo quando dispensada a representação, por força de lei.
- (B) Os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem, em regra, ser praticados no prazo de dez dias.
- (C) Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até quinze dias para decidir, permitidas prorrogações automáticas por igual período.
- (D) O interessado poderá, mediante manifestação escrita, desistir total ou parcialmente do pedido formulado ou, ainda, renunciar a direitos disponíveis.
- (E) O recurso administrativo tramitará no mínimo por três instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.

**03.** Assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta a respeito da Lei n.º 12.462/2011, que instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC.

- (A) A administração pode contratar mais de uma empresa para executar o mesmo serviço de engenharia.
- (B) Nas licitações disciplinadas pelo RDC não será admitida a participação de licitantes sob a forma de consórcio, conforme estabelecido em regulamento.
- (C) Definido o resultado do julgamento, a administração pública só poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.
- (D) O julgamento pelo maior retorno econômico é utilizado exclusivamente para a celebração de contratos de eficiência.
- (E) Ficará impedido de contratar o Poder Público, pelo prazo de até 3 (três) anos, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato.

**04.** Assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta a respeito das modalidades de Licitação (Lei n.º 8.666/93).

- (A) Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase final de habilitação, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital.
- (B) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o quinto dia anterior à data do julgamento das propostas, observada a necessária qualificação.
- (C) Convite é a modalidade de licitação entre interessados escolhidos em número mínimo de 5 (cinco) pela unidade administrativa, que manifestarem seu interesse com antecedência de até 48 (quarenta e oito) horas da apresentação das propostas.
- (D) Concurso é a modalidade de licitação entre interessados cadastrados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- (E) Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a alienação de bens imóveis, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

**05.** Escolha a alternativa correta a respeito da alteração dos contratos regidos pela Lei n.º 8.666/93.

- (A) Os contratos podem ser alterados, unilateralmente pela Administração, desde que não haja modificação do projeto ou das especificações.
- (B) Os contratos podem ser alterados, por acordo das partes, quando necessária a modificação do valor em decorrência de diminuição quantitativa do objeto.
- (C) Os contratos podem ser alterados, unilateralmente pela Administração, quando conveniente a substituição da garantia de execução.
- (D) Os contratos podem ser alterados, com as devidas justificativas, por acordo das partes, quando conveniente a substituição da garantia de execução.
- (E) Os contratos podem ser alterados, por acordo entre as partes, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.

**06.** Assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta do regime instituído pela Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

- (A) Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a cinco exercícios.
- (B) Até sessenta dias após a publicação dos orçamentos o Poder Executivo deve estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.
- (C) Para os fins do disposto no *caput* do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal da União não poderá exceder 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida.
- (D) A criação de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.
- (E) Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término do subsequente.

**07.** Assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta a respeito da responsabilidade civil estatal.

- (A) O princípio da responsabilidade objetiva se reveste de caráter absoluto, não admitindo causas excludentes.
- (B) A teoria do risco administrativo é incompatível com o regime de responsabilidade objetiva do poder público.
- (C) A responsabilidade objetiva prescinde de causalidade material entre o evento danoso e o comportamento do agente público.
- (D) A responsabilidade do Estado pode ser afastada nas hipóteses de força maior, caso fortuito ou culpa exclusiva da vítima.
- (E) A absolvição do servidor público no juízo criminal afasta a responsabilidade civil do Estado.

**08.** Assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta a respeito do regime instituído pela Lei n.º 8.429/92 (Improbidade Administrativa).

- (A) Quando o ato de improbidade ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito decretar a indisponibilidade dos bens do indiciado.
- (B) A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos efetivam-se a partir da prolação da sentença condenatória.
- (C) Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.
- (D) A posse do agente público é condicionada à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser divulgada pelo serviço de pessoal competente.
- (E) As ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas nesta lei podem ser propostas até dez anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

**09.** Assinale a alternativa correta a respeito da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

- (A) Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira se inicia, quando admitida, seis meses depois de oficialmente publicada.
- (B) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a anterior.
- (C) Sobrevindo nova publicação do texto da lei, destinada a simples correção, antes de sua entrada em vigor, o prazo de vacância da lei deve ser computado levando-se em conta a data de sua publicação original.
- (D) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá com base na analogia, na jurisprudência e nos princípios constitucionais.
- (E) Salvo disposição contrária, a lei começará a vigorar em todo o País trinta dias depois de oficialmente publicada.

**Instrução:** Responda as questões de **10** a **16**, levando em consideração o disposto no Código Civil de 2002.

**10.** É anulável o negócio jurídico quando

- (A) a declaração de vontade provier de absolutamente incapaz.
- (B) houver, em alguma das declarações de vontade, erro, coação ou simulação.
- (C) tiver por objetivo fraudar lei imperativa, for indeterminável o objeto ou estiver baseado em erro.
- (D) houver, em alguma das declarações de vontade, simulação, dolo ou fraude contra credores.
- (E) existir vício resultante de erro, estado de perigo ou lesão.

**11.** Assinale a alternativa correta a respeito das pessoas naturais e seu domicílio.

- (A) A pessoa de 17 anos que esteja no exercício efetivo de cargo público é plenamente capaz e tem como domicílio, necessariamente, o lugar em que exerce, de forma permanente, suas funções.
- (B) O excepcional, sem desenvolvimento mental completo, é absolutamente incapaz e tem como domicílio, obrigatoriamente, o de seu representante.
- (C) Os ébrios habituais e os viciados em drogas são absolutamente incapazes e têm como domicílio aquele que for fixado pelo juiz.
- (D) O preso é relativamente capaz, tendo como domicílio o do seu advogado.
- (E) Os que, por deficiência mental, tenham o discernimento apenas reduzido são considerados plenamente capazes e, não tendo residência habitual, consideram-se domiciliados no lugar em que forem encontrados.

**12.** Assinale a alternativa correta a respeito das pessoas jurídicas.

- (A) As autarquias, mesmo que instituídas pela União Federal, são consideradas pessoas jurídicas de direito privado, regendo-se, no que couber, quanto ao seu funcionamento, pelas normas do Código Civil.
- (B) O estatuto das associações não pode instituir categorias de associados com vantagens especiais.
- (C) Prescreve em cinco anos o prazo para pleitear a anulação da constituição da pessoa jurídica de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro correspondente.
- (D) A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais ou de assistência.
- (E) São consideradas pessoas jurídicas de direito privado as organizações religiosas, os partidos políticos e as empresas individuais de responsabilidade limitada.

**13.** Assinale a alternativa **INCORRETA** sobre o tema "bens".

- (A) As energias que tenham valor econômico são consideradas móveis ou imóveis conforme estejam circulando ou encontrem-se estocadas.
- (B) As benfeitorias de recreio ou mero deleite que não aumentam o uso habitual do bem, ainda que o tornem mais agradável, são consideradas úteis.
- (C) Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal abrangem as pertenças se assim indicarem as circunstâncias do caso.
- (D) Tornam-se bens móveis os materiais provisoriamente separados de um prédio, mesmo que destinados a serem reempregados nele.
- (E) As edificações que, separadas do solo, forem removidas para outro local, ainda que conservando a sua unidade, perdem o caráter de imóveis.

**14.** Assinale a afirmativa correta a respeito de prescrição e decadência.

- (A) Os prazos prescricionais podem ser livremente alterados pela vontade das partes, desde que haja menção expressa a esse respeito no negócio jurídico.
- (B) É vedado ao juiz examinar de ofício a ocorrência da prescrição.
- (C) O prazo prescricional corre contra pessoa que, mesmo por causa transitória, não puder exprimir sua vontade.
- (D) É de um ano o prazo prescricional da pretensão do segurado contra o segurador.
- (E) Prescreve em cinco anos a pretensão de reparação civil.

**15.** Assinale a alternativa correta a respeito de obrigações e contratos.

- (A) A obrigação de dar coisa certa não abrange os acessórios.
- (B) Se a prestação do fato tornar-se impossível sem culpa do devedor, resolver-se-á a obrigação de fazer.
- (C) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.
- (D) O contrato de mútuo feneratício é real, bilateral e oneroso.
- (E) A pessoa que recebe dívida condicional antes de cumprida a condição não fica obrigada a restituir o que recebeu.

**16.** Assinale a alternativa correta a respeito da responsabilidade civil.

- (A) Quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem, haverá obrigação de reparar o dano independentemente de culpa.
- (B) O incapaz não responde pelos prejuízos que causar, ainda que as pessoas por ele responsáveis sejam desprovidas de meios suficientes para pagar a indenização.
- (C) No caso de homicídio, a indenização consiste apenas nas despesas com o tratamento da vítima, com o seu funeral e com o pagamento de alimentos a quem ela os devia até à data em que a vítima completaria o prazo para pedir aposentadoria por idade.
- (D) Se da ofensa a direito de outrem resultar defeito pelo qual o ofendido fique incapacitado para o exercício de ofício ou profissão, a indenização deverá ser arbitrada e paga de uma só vez, não havendo como exigir o pagamento de pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou.
- (E) O comerciante não responde pelos danos causados aos consumidores pelos defeitos de fabricação do produto quando o fabricante for impossível de ser identificado.

**Instrução:** Responda as questões de **17** a **21**, levando em consideração o disposto no Código de Processo Civil.

**17.** Assinale a afirmativa correta a respeito da atuação do Ministério Público no processo civil.

- (A) É obrigatória a intervenção do Ministério Público quando uma das partes for pessoa jurídica de direito público.
- (B) O Ministério Público dispõe de prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer e responder ao recurso.
- (C) O Ministério Público não dispõe de prazo especial quando atua na condição de fiscal da lei.
- (D) A intimação do Ministério Público, em qualquer caso, será feita pessoalmente.
- (E) O Ministério Público, por ocasião da contestação, está sujeito ao ônus da impugnação especificada dos fatos.

**18.** Assinale a afirmativa correta a respeito das modalidades de extinção do processo.

- (A) A impossibilidade jurídica do pedido é causa de inépcia da petição inicial, implicando a extinção do processo sem resolução de mérito.
- (B) O reconhecimento da prescrição implica a extinção do processo sem resolução de mérito.
- (C) A manifesta ilegitimidade da parte acarreta a inépcia da petição inicial.
- (D) Admite-se que o juiz, de ofício, verifique a existência de compromisso arbitral, o que implicará a extinção do processo sem resolução de mérito.
- (E) Quando o autor desistir da ação, haverá extinção do processo com resolução de mérito.

**19.** Assinale a alternativa correta a respeito das medidas cautelares e da antecipação de tutela, levando em consideração o disposto no Código de Processo Civil.

- (A) Não se equipara à prova literal da dívida líquida e certa a sentença, líquida ou ilíquida, pendente de recurso.
- (B) Não cabe o sequestro dos frutos do imóvel reivindicando.
- (C) Na ação cautelar de produção antecipada de provas, tomado o depoimento ou feito o exame pericial, os autos serão entregues ao requerente, independentemente de traslado, decorridas 48 horas da decisão que homologar a prova.
- (D) Se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer medida cautelar, o juiz deverá indeferir o requerimento por falta de interesse processual.
- (E) A falta de ajuizamento da ação principal em trinta dias, contados da data da efetivação da medida cautelar requerida em procedimento preparatório, acarreta a perda da eficácia da medida.

**20.** Assinale a afirmativa correta a respeito da sentença e da coisa julgada.

- (A) Publicada a sentença nos autos, admite-se que o juiz possa alterá-la, de ofício, para corrigir injustiças evidentes, desde que as partes ainda não tenham sido intimadas da decisão.
- (B) Condenado o devedor a emitir declaração de vontade, deve o juiz cominar ao devedor multa diária, a fim de compeli-lo ao cumprimento voluntário da obrigação.
- (C) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, mas os efeitos da sentença poderão beneficiar ou prejudicar terceiros.
- (D) No regime jurídico atual, faz coisa julgada a resolução da questão prejudicial, decidida incidentalmente no curso do processo, mesmo que a parte deixe de propor ação declaratória incidental.
- (E) A coisa julgada alcança todos os pontos controvertidos entre as partes, ainda que o juiz não os tenha julgado por inteiro.

**21.** Assinale a afirmativa correta sobre os recursos cíveis regulados no Código de Processo Civil.

- (A) A desistência do recurso e a renúncia ao direito de recorrer ficam condicionadas à aceitação pela parte contrária.
- (B) A apelação interposta contra a sentença que condenar à prestação de alimentos será recebida apenas no efeito devolutivo. Ainda assim, o apelante poderá requerer ao relator, em casos dos quais possa resultar lesão grave e de difícil reparação, sendo relevante a fundamentação, a concessão do efeito suspensivo.
- (C) Quando as partes estiverem presentes na sessão de julgamento do tribunal, o prazo para recorrer contar-se-á da data da leitura do acórdão nessa sessão, não da publicação da conclusão do acórdão no órgão oficial.
- (D) O recurso adesivo não depende de preparo, bastando que esteja preparado o recurso principal.
- (E) Cabe o recurso de embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver confirmado, em grau de apelação, a sentença de mérito.

**22.** Assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta quanto à classificação das constituições.

- (A) São rígidas as constituições em que se veda qualquer alteração, constituindo-se relíquias históricas.
- (B) São flexíveis as constituições que podem ser alteradas por um processo legislativo mais solene do que o existente para as outras espécies normativas.
- (C) São analíticas as constituições que preveem somente os princípios e as normas gerais de regência do Estado.
- (D) São sintéticas as constituições que examinam e regulamentam todos os assuntos que entendam relevantes à formação, destinação e funcionamento do Estado.
- (E) São dogmáticas as constituições que se apresentam como produto escrito e sistematizado por um órgão constituinte.

**23.** Assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta a respeito da aplicabilidade das normas constitucionais.

- (A) Normas constitucionais de eficácia absoluta são aquelas que, desde a entrada em vigor da Constituição, produzem, ou têm a possibilidade de produzir, todos os efeitos essenciais, relativamente aos interesses, comportamentos ou situações que o legislador quis regular.
- (B) Normas constitucionais de eficácia limitada são aquelas em que o legislador constituinte regulou suficientemente os interesses relativos a determinada matéria, mas deixou margem à atuação restritiva por parte da competência discricionária do poder público.
- (C) Normas constitucionais programáticas são de aplicação diferida, e não de aplicação ou execução imediata; mais do que comandos-regras, explicitam comandos-valores; conferem elasticidade ao ordenamento constitucional.
- (D) Normas constitucionais de eficácia contida são aquelas que apresentam aplicabilidade indireta, mediata e reduzida, porque somente incidem totalmente sobre esses interesses, após uma normatividade ulterior que lhes desenvolva a aplicabilidade.
- (E) Normas constitucionais de eficácia plena são as intangíveis, contra elas nem mesmo há o poder de emendar; daí conterem uma força paralisante total de toda legislação.

**24.** Assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta a respeito dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição.

- (A) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm, em regra, eficácia programática, isto é, produzem efeitos diferidos desde sua entrada em vigor.
- (B) Os direitos e garantias expressos na Constituição excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados.
- (C) Os tratados internacionais sobre direitos humanos aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, equivalem às emendas constitucionais.
- (D) É inviolável o sigilo das comunicações telefônicas, salvo, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação cível ou criminal.
- (E) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 6 (seis) anos de idade, em creches e pré-escolas.

**25.** Assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta a respeito do processo legislativo.

- (A) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço das Assembleias Legislativas das unidades da Federação.
- (B) A sanção presidencial supre o vício de iniciativa na apresentação de projeto.
- (C) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada não pode ser objeto de nova proposta na sessão legislativa subsequente.
- (D) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação ao Senado Federal de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional.
- (E) Prorroga-se uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

**26.** Assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta a respeito do controle de constitucionalidade.

- (A) Somente pelo voto de três quintos de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- (B) Compete privativamente ao Senado Federal suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão liminar do Supremo Tribunal Federal.
- (C) As decisões liminares de mérito, proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzem eficácia contra todos e efeito vinculante.
- (D) O ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade não se sujeita à observância de qualquer prazo de natureza prescricional ou de caráter decadencial.
- (E) Ao Advogado-Geral da União, na condição de curador da lei atacada, compete a função fiscalizadora da constitucionalidade das leis.

**27.** Assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta a respeito das ações constitucionais.

- (A) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos dois anos, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- (B) Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora dificulte o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- (C) Qualquer pessoa é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
- (D) Na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífico o entendimento pela impossibilidade da concessão de medida liminar em mandado de injunção.
- (E) O Superior Tribunal de Justiça é competente para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de outros Tribunais e dos respectivos órgãos.

**28.** Assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta a respeito da responsabilidade do Presidente da República.

- (A) O Presidente fica suspenso de suas funções nos crimes de responsabilidade, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) O Presidente fica suspenso de suas funções nas infrações penais comuns após a condenação pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.
- (D) Enquanto não sobrevier sentença condenatória, nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República não estará sujeito a prisão.
- (E) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por um terço da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nos crimes de responsabilidade.

**29.** Assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta a respeito do Conselho Nacional de Justiça.

- (A) O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução.
- (B) O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução.
- (C) O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 4 (quatro) anos, vedada a recondução.
- (D) O Conselho Nacional de Justiça é presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça.
- (E) Compete ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa e jurisdicional do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.

**30.** Segundo o entendimento do STF, assinale a alternativa correta.

- (A) Somente as contribuições constantes nos incisos I e II do art. 195 da Constituição Federal é que podem financiar a saúde.
- (B) Somente as contribuições sociais contempladas no art. 195 da Constituição Federal é que podem ser representativas de fontes de custeio à Seguridade Social.
- (C) A contribuição para o Programa de Integração Social é classificada como contribuição à Seguridade Social, segundo o STF.
- (D) Apenas em relação às pessoas naturais é que, no caso de importações, incide contribuição à Seguridade Social.
- (E) Nas hipóteses de lucro, a contribuição social incidirá preferencialmente no imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

**31.** De acordo com a legislação ou jurisprudência brasileiras, assinale a alternativa correta.

- (A) As empregadas domésticas não podem sofrer retenção de contribuição à seguridade social por parte de seus empregadores.
- (B) A contribuição social sobre a folha de salários é devida somente pelos empregadores.
- (C) A previsão de incidência sobre a folha de salários exclui qualquer outra contribuição.
- (D) A prestação de serviço apenas com vínculo empregatício é hipótese de incidência da contribuição sobre o lucro.
- (E) Segundo decidiu o STF, a expressão "folha de salários" contida no art. 195 da Constituição Federal deve ser interpretada segundo o Direito do Trabalho.

**32.** No que tange às fontes de custeio à Seguridade Social e às relações jurídicas dessas decorrentes, é correto afirmar:

- (A) não pode haver incidência de contribuição à Seguridade Social nos casos de loterias.
- (B) a proposta de orçamento da Seguridade Social será elaborada pelo órgão responsável pela Previdência Social.
- (C) a pessoa jurídica em débito com o sistema da Seguridade Social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público, apenas poderá dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
- (D) somente poderá ser criado benefício ou serviço da Seguridade Social, majorado ou estendido, se a correspondente fonte de custeio total for criada 120 meses após a edição da lei que implementou aqueles.
- (E) a lei poderá instituir outras fontes de custeio destinadas a garantir a manutenção ou expansão da Seguridade Social, obedecido o disposto no art. 154, inciso I da Constituição Federal.

**33.** Uma empresa recolheu tempestivamente em 21 de setembro de 2012 o valor do ICMS relativo a fato gerador ocorrido em 15 de agosto de 2012. A Guia de Informação e Apuração referente ao mesmo período e tributo foi entregue tempestivamente. Posteriormente, a fiscalização em procedimento de rotina verifica que a empresa equivocadamente recolheu valor inferior ao devido.

Com base na hipótese acima e segundo a jurisprudência dominante do STJ, assinale a alternativa correta que contenha o termo inicial para o lançamento tributário da diferença de valor que não foi pago.

- (A) 15 de agosto de 2012.
- (B) 21 de setembro de 2012.
- (C) 1º de janeiro de 2013.
- (D) 31 de dezembro de 2013.
- (E) 05 de janeiro de 2014.

**34.** A Lei X atribui ao sujeito A a condição de substituto tributário em determinada dimensão de tempo e espaço. Nessas mesmas dimensões, a mesma Lei X atribuiu ao sujeito B a condição de substituído tributário. A atribuição legal está de acordo com a ordem jurídica brasileira.

Com base na hipótese acima, assinale a alternativa correta.

- (A) O substituto tributário não possui ligação direta e pessoal com o fato gerador da obrigação tributária principal. Essa ligação é atributo apenas do substituído legal tributário.
- (B) O substituto tributário possui ligação direta e pessoal com o fato gerador da obrigação tributária principal.
- (C) É o caso de responsabilidade de sucessores para com o sujeito A.
- (D) É o caso de responsabilidade de terceiros para com o sujeito B.
- (E) É o caso de responsabilidade solidária por sucessão.

**35.** Assinale a alternativa correta em relação à solidariedade tributária.

- (A) A solidariedade ocorre somente nos casos de execução fiscal.
- (B) Nos casos de execução fiscal, o benefício de ordem somente poderá ser invocado até o proferimento da decisão de primeiro grau de jurisdição.
- (C) Não é possível a aplicação da solidariedade no âmbito do Direito Tributário.
- (D) Somente haverá solidariedade se a cobrança judicial foi antecedida de cobrança realizada em processo administrativo.
- (E) A solidariedade não comporta benefício de ordem. Dentre outros, isso se aplica aos casos em que são solidariamente obrigadas as pessoas expressamente designadas por lei.

**36.** De acordo com o Direito Tributário, assinale a alternativa correta.

- (A) É possível a existência de tributo *in natura*.
- (B) A dação em pagamento em bens móveis é modalidade de extinção do crédito tributário.
- (C) A anistia é o perdão do tributo devido.
- (D) Não é possível a ausência de simetria ou correspondência entre o fato gerador e a base de cálculo do tributo.
- (E) Como todo nome revela a essência de algo, é através da denominação que será identificada a natureza jurídica do tributo.

**37.** De acordo com o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- (A) O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza dessa.
- (B) A suspensão da exigibilidade do crédito tributário por meio do depósito do seu montante integral é instrumento à disposição do contribuinte que deseja pagar o tributo.
- (C) Quando o valor tributário estiver expresso em moeda estrangeira, no lançamento far-se-á sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia anterior ao da ocorrência do fato gerador da obrigação.
- (D) A atividade administrativa de lançamento é discricionária e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.
- (E) A multa tributária enquadra-se como obrigação tributária acessória.

**38.** Os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado são pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos. Com base nessa previsão constante na codificação tributária e segundo a jurisprudência dominante do STJ, é correto afirmar que:

- (A) todos os casos do referido enunciado aplicam-se somente aos contribuintes.
- (B) estão subordinadas à afirmação acima somente aquelas pessoas contempladas no estatuto do estrangeiro.
- (C) o simples inadimplemento não é enquadrável na sentença acima.
- (D) o enunciado, por contrariar a Constituição Federal de 1988, não foi recepcionado.
- (E) inicialmente a cobrança do tributo é dirigida contra o terceiro responsável e somente no caso de impossibilidade de cobrá-lo é que a cobrança será redirecionada contra o contribuinte.

**39.** De acordo com a redação expressa da Constituição Federal vigente, é correto afirmar que:

- (A) sempre que possível, os tributos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.
- (B) compete ao Distrito Federal instituir os impostos municipais em seu território.
- (C) somente a União pode instituir empréstimo compulsório no caso excepcional de conjuntura que exija a absorção temporária de poder aquisitivo.
- (D) os Estados somente podem instituir contribuição de intervenção no domínio econômico nos casos de combustíveis líquidos e gasosos.
- (E) lei ordinária é o diploma adequado para instituir normas gerais de Direito Tributário.

**40.** Em relação ao imposto sobre grandes fortunas, é correto afirmar:

- (A) a receita oriunda desse tributo deverá ser destinada à finalidade exclusiva de redistribuição aos comprovadamente pobres.
- (B) lei ordinária é o diploma adequado à sua instituição.
- (C) somente será admitida a edição de medida provisória para instituí-lo se evidenciada a urgência e relevância.
- (D) somente a União tem competência para instituí-lo.
- (E) a legislação vigente do referido imposto é inconstitucional porque violou o princípio da segurança jurídica.

## REDAÇÃO

Considere o texto que segue.

Na Finlândia, a profissão de professor é valorizada.

Conforme entrevista da Diretora do Ministério da Educação da Finlândia, a docência é uma das profissões mais populares no seu país. Por isso, conforme declara, há a preocupação em selecionar bem os profissionais. Apenas 10% dos candidatos que pretendem entrar na universidade para serem professores conseguem ingressar e fazer o curso. E não se pode ser professor na Finlândia sem ter mestrado.

Naquele país, ser professor também significa ter um salário razoável, mas nada muito elevado em relação a outras carreiras. O piso salarial inicial no ensino fundamental é de cerca de R\$ 7.860 por mês. Mas o prestígio social da profissão é o diferencial.

Diferente disso, no Brasil, o acesso à profissão é facilitado. A grande maioria dos pretendentes a uma vaga em um curso de Licenciatura tende a ser aprovada. O número de vagas por candidato em vestibulares para universidades públicas é relativamente alto e há incentivos com bolsas e descontos especiais para a formação de professores em universidades particulares. Entretanto, não raro, há desistências ao longo dos cursos e percebe-se que muitos optaram por cursos de Licenciatura na falta de algo melhor.

(adaptado de [Estadão.com.br/Educação](http://www.estadao.com.br/Educação), disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/>)

Considerando os dados acima, produza uma redação sobre o tema: **como valorizar a profissão de professor no Brasil**? Você concorda com os incentivos dados no Brasil para quem pretenda seguir a carreira de professor? Que vantagens ou desvantagens, para o cidadão brasileiro, você percebe nessa política de incentivos?

Para desenvolver a sua redação, procure reunir argumentos que o auxiliem a produzir um TEXTO ARGUMENTATIVO para responder as três questões acima colocadas.

O texto a ser elaborado caracteriza-se como uma dissertação, isto é, deve apresentar argumentação consistente em favor de um ponto de vista claramente explicitado. Além do caráter argumentativo, estarão sob avaliação aspectos de coerência e de coesão do texto, bem como a observância de expressão na norma escrita do português brasileiro.

Sua redação deverá ter, no mínimo, 30 e, no máximo, 60 linhas. A versão final do texto deverá ser escrita com caneta esferográfica de tinta azul, na folha própria para a redação, com letra legível, de tamanho regular.

RASCUNHO RASCUNHO RASCUNHO RASCUNHO

- 01. \_\_\_\_\_
- 02. \_\_\_\_\_
- 03. \_\_\_\_\_
- 04. \_\_\_\_\_
- 05. \_\_\_\_\_
- 06. \_\_\_\_\_
- 07. \_\_\_\_\_
- 08. \_\_\_\_\_
- 09. \_\_\_\_\_
- 10. \_\_\_\_\_
- 11. \_\_\_\_\_
- 12. \_\_\_\_\_
- 13. \_\_\_\_\_
- 14. \_\_\_\_\_
- 15. \_\_\_\_\_
- 16. \_\_\_\_\_
- 17. \_\_\_\_\_
- 18. \_\_\_\_\_
- 19. \_\_\_\_\_
- 20. \_\_\_\_\_
- 21. \_\_\_\_\_
- 22. \_\_\_\_\_
- 23. \_\_\_\_\_
- 24. \_\_\_\_\_
- 25. \_\_\_\_\_
- 26. \_\_\_\_\_
- 27. \_\_\_\_\_
- 28. \_\_\_\_\_
- 29. \_\_\_\_\_
- 30. \_\_\_\_\_
- 31. \_\_\_\_\_
- 32. \_\_\_\_\_
- 33. \_\_\_\_\_
- 34. \_\_\_\_\_
- 35. \_\_\_\_\_

RASCUNHO RASCUNHO RASCUNHO RASCUNHO



RASCUNHO RASCUNHO RASCUNHO RASCUNHO

- 36. \_\_\_\_\_
- 37. \_\_\_\_\_
- 38. \_\_\_\_\_
- 39. \_\_\_\_\_
- 40. \_\_\_\_\_
- 41. \_\_\_\_\_
- 42. \_\_\_\_\_
- 43. \_\_\_\_\_
- 44. \_\_\_\_\_
- 45. \_\_\_\_\_
- 46. \_\_\_\_\_
- 47. \_\_\_\_\_
- 48. \_\_\_\_\_
- 49. \_\_\_\_\_
- 50. \_\_\_\_\_
- 51. \_\_\_\_\_
- 52. \_\_\_\_\_
- 53. \_\_\_\_\_
- 54. \_\_\_\_\_
- 55. \_\_\_\_\_
- 56. \_\_\_\_\_
- 57. \_\_\_\_\_
- 58. \_\_\_\_\_
- 59. \_\_\_\_\_
- 60. \_\_\_\_\_
- 61. \_\_\_\_\_
- 62. \_\_\_\_\_
- 63. \_\_\_\_\_
- 64. \_\_\_\_\_
- 65. \_\_\_\_\_
- 66. \_\_\_\_\_
- 67. \_\_\_\_\_
- 68. \_\_\_\_\_
- 69. \_\_\_\_\_
- 70. \_\_\_\_\_

RASCUNHO RASCUNHO RASCUNHO RASCUNHO

